

Mapas de freqüência a escolas de primeiras letras

fontes para uma história da escolarização e do trabalho docente em São Paulo na primeira metade do século XIX*

Diana Gonçalves Vidal**

Resumo:

O presente artigo tem por objetivo compreender a razão estatística que domina as ações governamentais e perceber a elaboração da prática escriturística escolar na primeira metade do século XIX em São Paulo. Está dividido em duas partes. Na primeira, discorre sobre a vontade de poder que as estatísticas testemunham no Oitocentos. Preocupa-se também em escrutinar as tecnologias do eu constituídas pelos mapas escolares concebidos como dispositivos de governo. No segundo momento, aborda a temática a partir da análise da documentação paulista relativa à educação oficial. A proposta é desenhar os modos como a progressiva institucionalização da escola elementar em São Paulo concorreu para produzir um saber sobre a escolarização do conhecimento e do sujeito aluno, por parte dos professores públicos, na província.

Palavras-chave:

magistério; escolarização; estatística; ensino elementar; fontes.

* A investigação conta com a participação da aluna Caroline Conceição de Sousa, bolsista de iniciação científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

** Professora livre-docente de história da educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), onde coordena o Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação (NIEPHE) e o projeto “As múltiplas estratégias de escolarização do social em São Paulo (1770-1970): cultura e prática escolares”. Pesquisadora do CNPq.

Charts of attendance to schools of first letters

sources for a history of schooling
and teacher work in São Paulo
in the first half of the 19th century

Diana Gonçalves Vidal

Abstract:

The present article aims at an understanding of the statistical reasoning that dominates the governmental actions, and to perceive the development of the scribal practice at schools at the first half of the 19th century in São Paulo. It comprises two parts. In the first one, the text deals with the will to power of which the statistics give testimony in the 1800's. It is also concerned with scrutinizing the technologies of the I constituted by the school maps conceived as government devices. In a second moment, the article approaches the theme via the analysis of documents produced by the State of São Paulo on the issue of official education. The proposal here is to outline the modes in which the progressive institutionalization of elementary school in São Paulo concurred to create an understanding of the schooling of knowledge and of the subject pupil, by the public teachers, in the State.

Keywords:

teachship; schooling; statistic; elementary school; resources.

Achão-se providas sette aulas de Gramática Latina, sendo seis frequentadas por 90 Alumnos, pois que de huma ainda não chegou a relação. Das de Primeiras Letras existe quarenta e duas providas, e em trinta e duas há 1.734 Alumnos: cinco providas ultimamente não podiam ainda mandar relações, e faltam outras cinco, não obstante harver-se marcado tempo para essa remessa, sobre o que tenho providenciado (Discurso que o presidente da provincia de São Paulo dirige á Assembléa Legislativa Provincial na abertura da sua sessão ordinaria em 7 de janeiro de 1838. S. Paulo, na Typ. do Governo, 1838, p. 3) [Relatórios de presidente de província, s.d.].

O mappa sob nº 1 mostra as aulas de primeiras letras de ambos os sexos, e as de Gramática Latina, que se acham providas, as vagas, os números de alumnos, que frequentão as primeiras e as razões porque de algumas d'ellas não vieram relações (Discurso recitado pelo ex.mo presidente, Manoel Machado Nunes no dia 7 de janeiro de 1840 por occasião da abertura da Assembléa Legislativa Provincial. S. Paulo, Typ. de Costa Silveira, 1840, p. 6) [Relatórios de presidente de província, s.d.].

Existem 5 Aulas de Gramática Latina vagas, e 5 providas e frequentadas por 87 alumnos; 52 de Primeiras Letras providas, e frequentadas por 2.385 alumnos, e 16 vagas; 8 de minas, frequentadas por 332, e uma vaga, como tudo verei detalhadamente nos mappas N. 2, 3, 4 e 5 (Discurso recitado pelo ex.mo presidente, Raphael Tobias de Aguiar no dia 7 de janeiro de 1841 por occasião da abertura da Assembléa Legislativa Provincial. S. Paulo, Typ. de Costa Silveira, 1842, p. 6) [Relatórios de presidente de província, s.d.].

Os excertos citados constituem-se nos parágrafos iniciais das seções de instrução pública dos discursos dos presidentes da província de São Paulo nos anos de 1838, 1840 e 1841. Enunciam uma mesma fórmula – o resumo estatístico – e explicitam uma mesma vontade – o controle das populações. Os mapas estatísticos despontaram, no início do século XIX, como dispositivos de governo, fundando-se em uma prática escriturística que, ao mesmo tempo, nomeava, classificava e hierarquizava os sujeitos e a realidade social.

Expediente similar era realizado pelos mestres públicos no período. Instados a elaborar mapas de frequência dos alunos como estratégia de

comprovação de efetivo exercício docente (documento necessário para o recebimento de salário) e de viabilidade da escola (atestado imprescindível de atendimento ao número mínimo de alunos exigido por lei para manutenção da aula), os professores ensaiavam uma escrita sobre o outro, que constituía na criança o aluno, e sobre sua prática, que a produzia como pedagógica.

Para compreender a razão estatística que domina as ações governamentais e perceber a elaboração da prática escriturística escolar no Oitocentos, proponho-me a organizar o presente artigo em dois momentos. No primeiro, vou discorrer sobre a vontade de poder que as estatísticas testemunham no século XIX. Interessa-me também escrutinar as tecnologias do eu constituídas pelos mapas escolares concebidos como dispositivos de governo (Foucault, 1984). No segundo momento, vou abordar a questão a partir da análise da documentação paulista relativa à educação oficial na primeira metade do Oitocentos, tomando especificamente os mapas de frequência como fonte. Desejo desenhar os modos como a progressiva institucionalização da escola elementar em São Paulo concorreu para produzir um saber sobre a escolarização do conhecimento e do sujeito aluno, por parte do professores, na província.

A estatística como uma ciência do Estado

Foucault (1984, p. 285-290) situa o século XVIII como o momento de inflexão entre uma arte de governo, regime dominado pelas relações de soberania (centrado no modelo da família), e a ciência política, regime dominado pelas técnicas de governo (constituídas a partir do controle da população). É como sujeito de necessidades e aspirações, mas também como objeto de manipulação do Estado, que a população emerge como finalidade e meio de governo. Melhorar a sorte da população, aumentar sua riqueza e a sua duração de vida apresentam-se como metas para as quais o governo deverá criar estratégias. As estatísticas emergem nesse cenário como instrumento capaz de revelar que a população tem uma regularidade própria (número de mortos, doentes etc.), possui características singulares (trabalho, riqueza etc.) e que, por seus deslocamentos,

produz efeitos econômicos específicos. Oferece, assim, a possibilidade de controle e previsão social e econômico, conferindo ao Estado meios de governamentalidade.

Não é que a estatística tenha surgido nesse período. Ao contrário, Olivier Martin (2001) afiança que as primeiras tentativas de enumeração de indivíduos ou bens datam das grandes civilizações da Antiguidade, interessadas em administrar o império do melhor modo possível. No entanto, esclarece Martin, foi somente durante o século XVIII e sobretudo o XIX que a abordagem centrada nos recenseamentos e nas descrições do Estado com fins administrativos e contábeis se associou a dois outros modelos: o de cálculo das probabilidades (desenvolvido na Inglaterra desde o Setecentos) e da *statistik*, conhecimento sintético de toda a sociedade humana (constituído na Alemanha a partir do século XVI), compondo uma ciência da contagem da sociedade e do cálculo em vista da análise das contagens.

Esse movimento permitiu que o século XIX se apresentasse como uma época de “febre de estatísticas”. Por um lado, porque ampliou para o Estado os subsídios fornecidos por essa técnica de governo. Não apenas proliferaram na esfera estatal os meios e os objetivos da quantificação, mas também os itens quantificáveis, difundindo o interesse por uma estatística social. Foi assim que, na França, já em 1784 surgia a proposta de criação de um escritório central de pesquisa e ensino, encarregado de recolher todas as informações de ordem econômica, social e demográfica; e em 1800 foi introduzido no Ministério do Interior o *Bureau* de Estatística, que tinha por intuito receber dados permanentes e regulares sobre meteorologia, população, mendicância, crimes, processos, preços, grãos, contribuições, além de informações relativas às “alegrias e tristezas dos departamentos e a seus costumes”, solicitadas a todas as regiões francesas (Martin, 2001, p. 8).

Por outro lado, o século XIX traduziu-se em uma “febre de estatísticas” também porque propiciou que outras instâncias da sociedade se ocupassem em produzir estudos estatísticos, inclusive dando ensejo à realização regular de congressos internacionais de estatística. Ocorriam a cada quatro anos, a partir de 1853, com o fito de organizar metodicamente a coleta das observações científicas. Esses congressos propiciaram em 1885 a criação do Instituto Internacional de Estatística (ISS).

A produção desse conhecimento estatístico sobre o Oitocentos, entretanto, suscita dois tipos de questionamento. O primeiro remete à confiabilidade dos dados levantados, reconhecendo, na esteira de Jean-Louis Besson (1995), o caráter impreciso dessa ciência de governo. O segundo partilha, também com Besson, da crítica à neutralidade das estatísticas. No que tange ao primeiro aspecto, é forçoso ter em consideração os processos manuais de coleta de dados, as omissões e as dificuldades de levantamento de informações, relativas a transporte e comunicação, ainda mais intensas quanto mais recuado é o tempo histórico. Besson aponta a problemática inclusive para a atualidade. Quanto ao segundo questionamento, é imprescindível atentar para o caráter não inocente da fabricação das categorias, que revela representações elaboradas para identificar e ordenar as relações sociais, como asseveram Popkewitz e Lindblad (2001).

Esses dois autores, aliás, argumentam que as estatísticas são um campo de produção e reprodução culturais, preocupado com a administração social da liberdade do indivíduo e constituído de modo que torne o mundo inteligível e calculável para intervenções políticas e sociais (Popkewitz & Lindblad, 2001, p. 3). Nesse sentido, destacam que as regras e os padrões de razão que desenham os procedimentos e as análises estatísticas não apenas pretendem a contenção do acaso, como implicam a construção de sistemas de inclusão e exclusão.

Como produto de interesses sociais, econômicos e políticos, sensíveis a decisões metodológicas de organizações com verbas limitadas, as estatísticas formam uma determinação importante da política social, estabelecendo os limites das categorias para definir os problemas políticos e organizar os fatos que permitem chegar a soluções (idem, p. 6). Vale ter em mente, aqui, os alertas enunciados por Marília Carvalho (2001, p. 232), quando se interroga sobre a produção das estatísticas, especialmente as educacionais, feitas no interior da própria máquina administrativa, interessada em seus resultados.

As análises confluem para a perspectiva de Faria Filho, Neves e Caldeira (2005, p. 234-235). De acordo com os autores, as estatísticas conformam *modos de representar* e, portanto, produzir e controlar a realidade; e *maneiras de classificar e ler* o mundo, profundamente

comprometidas com os princípios da racionalidade moderna e com os modos de governo das pessoas e da realidade social.

Voltar o olhar para as estatísticas realizadas na província de São Paulo nas primeiras décadas do século XIX impõe acautelar-se contra a ilusão que podem criar de restituir objetivamente o momento histórico-educacional e supõe, simultaneamente, ensinar deslindar nas categorias constituídas os princípios de razão administrativa e de inteligibilidade social, política, educativa e econômica que guiaram sua elaboração. Os primados servem tanto para o estudo dos mapas estatísticos apresentados pelo Estado, como para os mapas de frequência construídos pelos professores. É também pela indagação acerca das categorias utilizadas pelos mestres para representar a realidade social e pedagógica dos alunos que podemos inferir os modos de constituí-los como objetos de intervenção do poder e sujeitos (no duplo registro de protagonismo e sujeição) da educação.

Por fim, é preciso ter em conta que as práticas estatísticas são, elas também, práticas escriturísticas, como bem situa Cynthia Greive Veiga (2005), recorrendo a Michel de Certeau. E como tal, constituem-se em atividade concreta que “consiste em construir um texto que tem poder sobre a exterioridade da qual foi previamente isolado” (Certeau, 1994, p. 225). Nesse sentido, a escrita possui como alvo uma eficácia social. Transforma a página em branco em um lugar de produção para o sujeito, cujas marcas podem subsistir ao tempo. Constrói um texto, que articula simbolicamente práticas heterogêneas de uma sociedade, exibindo-se como linearidade, sistema e homogeneidade. E permite acumular o passado, fabricando o presente.

É desse lugar estratégico que as estatísticas produzem, enquanto escrita, cifra ou número, uma realidade socioistórica e a registram para o futuro no discurso enunciado pelo Estado. Mas é também desse lugar que se servem os professores ao preencherem os mapas de frequência, renovando, nas estratégias da escrita, táticas de sobrevivência profissional, como a manutenção das escolas e o recebimento de salários. Ao mesmo tempo, os mestres instalam práticas de classificação, ordenamento e hierarquização dos saberes e dos sujeitos escolares. Constroem identidades ao trabalho docente e à infância escolarizada, agindo de maneira

que normatizem o exercício profissional e o aluno. Acumulam o passado e desenham o presente. E, no processo de escrituração dos mapas de frequência, produzem, os professores também sistemas de inclusão e exclusão.

As estatísticas oficiais e os mapas escolares em São Paulo na primeira metade do Oitocentos

Voltemos agora aos trechos incluídos como epígrafe nesta comunicação. Eles revelam, num primeiro olhar, a precariedade dos dados coligidos, em razão de omissões de remessa ou falha na coleta. Mas revelam também o desejo de quantificar, de forma precisa, a instrução pública na província. A insistência com que os discursos remetem aos mapas, a preocupação em oferecer números exatos e a ênfase no detalhamento das informações indiciam a percepção da estatística como uma ciência imprescindível à administração provincial, seja pela visibilidade dos esforços encetados, seja pela economia das ações empreendidas, evidenciada nas diligências realizadas pelos presidentes de província para o recebimento amplo dos dados solicitados.

Quanto à precariedade dos dados coligidos as justificativas apresentadas cingem-se, em geral, à negligência dos mestres, e as medidas propostas para superá-la encontram abrigo na defesa de um sistema de inspeção controlado pelo poder público. O discurso realizado em 1840 pelo presidente da província, Manoel Machado Nunes, é representativo. Afirma acerca das informações remetidas pelos professores que

[...] é muito de recear que alguns apresentem como assíduos, e adiantados os que pouco freqüentam ou que nenhum progresso fazem. E tanto mais alimento esse receios, quanto duvido que a inspeção das aulas menores seja devidamente feita pelas Câmaras Municipais, que a têm a seu cargo [Relatórios de presidente de província, s.d.].

Não apenas coloca sob suspeita os relatórios dos mestres, quanto o desempenho das funções de inspeção pelas Câmaras municipais. A

despeito da crítica, uma Inspeção Geral para acompanhar a instrução em São Paulo seria criada apenas 11 anos depois, em 1851.

Quanto ao imperativo de quantificar, é preciso ter em conta, inicialmente, que a preocupação não se restringe à instrução pública, mas faz parte de um amplo balanço acerca da administração provincial. Enunciados na abertura do ano legislativo da Assembléia Provincial, os discursos pretendem dar conta dos empreendimentos realizados nas diversas esferas do governo, como policiamento, criminalidade, saúde pública, iluminação pública, estradas, entre outros. Não apenas inventariam as ações, como utilizam das estatísticas para apresentar uma razão administrativa que guia os esforços a serem empreendidos na legislatura.

No que concerne aos fatos da instrução pública de primeiras letras, nosso interesse neste artigo, os mapas estatísticos apóiam-se nas informações remetidas pelos mestres e/ou inspetores, conforme esteja constituída a hierarquia administrativa na província. As informações são prestadas com fito de atender a dois dispositivos de governo: controle do efetivo trabalho do professor, atestado necessário para pagamento salarial; e controle da frequência de alunos, documento imprescindível para manutenção da escola, conforme afirmado anteriormente.

A iniciativa não é nova e não emergiu apenas após a constituição do Estado brasileiro com a Independência. Já o governo português, no final do século XVIII iria ocupar-se em recensear, em todos os seus domínios, o número de habitantes, “que por um regular, e prudente arbítrio podem gozar do benefício das Escolas Menores com os sobreditos respeitos”, de modo que disponha sobre “o número dos Mestres necessários em cada uma das Artes pertencentes às Escolas Menores; a distribuição deles em cada uma das Comarcas, e das Cidades e Vilas delas, que podem constituir huns Centros, nos quais os Meninos, e Estudantes das Povoações circunvizinhas possam ir com facilidade instruir-se” (Lei de 6 de novembro de 1772).

A partir de um mapa, mandado elaborar pelo rei dom José I a “corógrafos peritos”, especialistas no estudo ou descrição geográfica de uma determinada região, era estabelecida a distribuição das aulas menores no Brasil. Para São Paulo estava prevista a instalação de uma aula de ler, escrever e contar, uma de latim e uma de retórica (Cardoso, 2004, p. 185).

A estatística não servia ao governante português apenas como forma de conhecimento dos seus domínios, na vertente de educação do príncipe, ou de uma técnica de Estado, instrumento de gestão e administração. Adquiria já o sentido moderno de regulação e previsão, como percebe Martin (2001, p. 4) para o século XVIII francês.

Reitera-se aqui a análise realizada por António Nóvoa sobre a reforma pombalina e o surgimento de um sistema estatal de ensino, quando destaca a decisão audaz e inédita do Marquês de Pombal em arrecadar um imposto para financiar os gastos educacionais e de “quadricular o território português, a partir de 1772, com uma rede escolar segundo uma lógica estatizante, onde se percebem eixos estratégicos de desenvolvimento” (Nóvoa, 1990, p. 188).

Para exercer o controle sobre a atividade dos mestres contratados a partir do plano de escolas estabelecido pela lei de 6 de novembro de 1772, ordenava no item III

[...] que todos os sobreditos Professores subordinados à Mesa, sejam obrigados a mandarem a Ela no fim de cada Ano Letivo as Relações de todos, e cada um de seus respectivos Discípulos; dando conta dos progressos, e morigeração deles.

E justificava:

Para por elas regular a Mesa as Certidões, que há de fazer expedir pelo Seu Secretário, evitando-se assim o abuso, com que em um grande número de Professores poderia haver alguns, que passassem as suas Certidões com ódio, afeição, ou maior aceitação de Pessoas. E porque isto poderia também acontecer [Lei de 6 de novembro de 1772].

Evidenciava-se a vontade de controle sobre o trabalho realizado por esses novos funcionários públicos, particularmente contundente para aqueles em exercício em ultramar.

Muito possivelmente, essas instruções para a elaboração de mapas guiaram as práticas administrativas dos mestres ainda nos primeiros anos do Brasil independente. A lei de 15 de outubro de 1827 não discorria sobre a questão. Apenas dispunha no seu art. 10 que:

Os Presidentes, em Conselho, ficam autorizados a conceder uma gratificação anual que não exceda à terça parte do ordenado, àqueles Professores, que por mais de doze anos de exercício não interrompido se tiverem distinguido por sua prudência, desvelo, *grande número e aproveitamento de alunos* [Tambara & Arriada, 2005, p. 25, grifos meus].

Não indicava o número mínimo de alunos para abertura ou fechamento de escolas, nem definia a forma do documento comprobatório a ser encaminhado ao poder público, como já o fizera o governo português 50 anos antes, solicitando explicitamente informações sobre progresso e morigeração dos discípulos. Cingia-se a estimular o mestre a manter a frequência do maior número de alunos e seu aproveitamento nas escolas oficiais. No entanto, ao longo do século, os textos legais iriam progressivamente sofisticar os dispositivos de controle do trabalho docente.

A primeira lei provincial de São Paulo, n. 34, de 16 de março de 1846, circunscreveria um pouco melhor os requisitos esperados do exercício do professor¹. No artigo 17, oferecia uma gratificação anual de quatro mil réis por cada aluno ao professor que tivesse em sua aula mais de 20 alunos frequentes efetivamente e à professora que tivesse mais de 15 alunas. A esse dispositivo associava a criação de uma comissão (art. 25), composta por três cidadãos residentes na localidade, um nomeado pelo governo e dois pela Câmara municipal (sendo um sacerdote), com o objetivo de fiscalizar o número de alunos “que frequentam efetivamente a escola”. A essa mesma comissão competia também

enviar trimestralmente ao governo uma informação circunstanciada do estado das escolas, do progresso dos alunos, das causas da falta de concorrência,

1. É preciso considerar que, em 1834, um ato adicional à Constituição de 1824 delegou às províncias a responsabilidade pela organização do ensino de primeiras letras e da formação docente e profissional. Ao governo central competia a regulação do ensino secundário e superior em todo o país, bem como a orientação do ensino de primeiras letras e a formação profissional e docente apenas no município da Corte (mas com o objetivo de ser modelar para as demais províncias). A dualidade, então instaurada, persistiu por todo o período imperial e primeiras décadas da República. Por isso, recorro, neste artigo, à legislação provincial e à legislação da Corte em minha argumentação.

[...] quando se realize, e de todas as necessidades que ocorrerem”, bem como “dar atestados aos professores para cobrarem seus vencimentos, declarando neles o número de alunos que efetivamente freqüentam as escolas.

Rezava a lei, ainda, que os mestres com poucos alunos poderiam ser aposentados ou constrangidos a habilitarem-se na Escola Normal, alertando que seriam suprimidas as escolas freqüentadas por menos de 12 alunos, “quando seja isto devido a falta de população no local”. É importante esclarecer que a mesma lei criava a primeira Escola Normal de São Paulo.

Ao explicitar os itens que deveriam compor o relatório trimestral da comissão ao governo (progresso dos alunos, das causas da falta de concorrência, e de todas as necessidades que ocorrerem), a legislação indicava os campos a serem informados pelos professores em seus mapas.

Visando estruturar a administração da instrução pública em São Paulo, foi promulgado o regulamento de 8 de novembro de 1851, que criava uma Inspetoria Geral e várias inspetorias distritais. Eram encarregadas de gerir o sistema de ensino constituído em São Paulo, contando com o auxílio de um Conselho de Instrução Pública, de funções consultivas (Barbanti, 1977, p. 11). Entre as atribuições da Inspetoria Geral, estavam processar a correspondência remetida ao governo provincial pelos professores, manter a disciplinas das escolas e fazer com que estas respeitassem as leis e os regulamentos da província².

Movimento similar pode ser percebido no decreto n. 1.331 A ____, de 17 de fevereiro de 1854, expedito pelo governo da Corte. Ampliava a hierarquia funcional da instrução pública, associando à Inspetoria Geral o cargo dos delegados de distrito, responsáveis pela inspeção mensal às escolas e remessa de relatórios trimestrais, contendo os mapas enviados pelos professores, verificados em sua “exatidão”, ao que deveriam associar uma declaração do número de vezes que a escola havia sido visitada.

No seu art. 66, não apenas dispunha que os professores públicos teriam a “obrigação” de remeter

2. Até o momento, não foi possível localizar a íntegra do documento, apenas referências ao seu conteúdo.

[...] no fim de cada trimestre, um mapa nominal dos alunos matriculados, com declaração de sua frequência e aproveitamento, e no fim do ano um mapa geral, compreendendo o resultado dos exames, e notando dentre os alunos os que se fizeram recomendáveis por seu talento, aplicação e moralidade.

Explicitava também que “os mapas serão organizados segundo modelos impressos³ remetidos pelo Inspetor Geral” (Tambara & Arriada, 2005, p. 52-53).

Obrigava, ainda o decreto, que cada escola possuísse um livro de matrícula, contendo as faltas e o adiantamento de cada aluno anotados mensalmente até o dia em que o aluno saísse da escola, com declaração do motivo da saída; e que cada matrícula fosse efetuada mediante a presença de uma guia, na qual constasse nome do pai, tutor, curador ou protetor do aluno, sua residência, estado e profissão, além de naturalidade, filiação e idade do aluno (*idem*, *ibidem*).

A lei provincial de 11 de maio de 1859 reforçava o dispositivo inscrito na legislação paulista em 1846, prevendo a supressão de escolas com frequência inferior a 12 alunos efetivos, quando isso fosse em razão da falta de população. Permitia, no entanto, o funcionamento dessas escolas, se observado o desconto de dois terços do salário dos professores.

A conjugação dos dispositivos legais denotava uma maior capilaridade do exercício do poder provincial e da Corte e do controle e vigilância dos estabelecimentos públicos de ensino, demonstrando que cada vez mais o Estado se organizava burocraticamente e refinava seus mecanismos de administração e regulação.

Cabe, entretanto, perguntar como os professores traduziam essas determinações no seu efetivo exercício docente. Para tanto, é necessário investigar os relatórios e mapas por ele enviados. Nesses documentos, podem-se encontrar pistas sobre as maneiras como as normas foram sendo apropriadas no fazer cotidiano da escola. Ao mesmo tempo, localizam-se vestígios de como as categorias constantes dos mapas de frequência foram sendo inventadas pelos professores para organizar o universo da

3. Tais modelos impressos ainda não foram localizados no Arquivo do Estado de São Paulo.

escola e para classificar e hierarquizar alunos e saberes.

Tomou, aqui, dois conjuntos documentais: os nove mapas elaborados pelo professor Carlos Jozé da Silva Telles, da Escola de Primeiras Letras da Freguesia de Santa Ifigênia, de 15 de setembro de 1832 a 13 de outubro de 1842; e os sete mapas realizados pelo professor Francisco Valladares de Toledo, da Escola de Primeiras Letras da Freguesia de Nossa Senhora do Ó, de 27 de dezembro de 1851 a 1 de outubro de 1862. Entre um conjunto e outro, situam-se a promulgação das leis provinciais de 1846 e 1859 e do regulamento de 1851, além da criação da Escola Normal em São Paulo. O propósito é perceber as categorias utilizadas pelos dois mestres.

A primeira constatação que a leitura dos quadros permite fazer é que nos mapas elaborados pelo professor Carlos Jozé da Silva Telles as categorias utilizadas foram sendo progressivamente lapidadas pelo mestre, apesar de praticamente não variarem com respeito ao conteúdo. Assim, às fórmulas “Anno, mez e dia da matricula”, “O que sabião qdo. se matricularão” e “O que estão apprendendo”, paulatinamente o professor foi optando por termos mais simples, como “Dia da Matricula”, “Exame da Entrada” e “Aproveitamento”. O procedimento denota não apenas uma racionalização da escrita, mas uma burocratização do registro.

A despeito de podermos flagrar a conformação de uma prática escriturística escolar em Silva Telles, é forçoso perceber que o professor Francisco Valladares de Toledo secciona as informações de maneira ainda mais detalhada do que seu colega de profissão. Francisco Toledo cria colunas para cada uma das disciplinas do ensino primário, dando visibilidade aos conhecimentos apreendidos na escola. O mesmo procedimento é utilizado para a qualificação do aluno. Campos para informação da naturalidade, filiação, condição e cor foram acrescentados, implicando um registro mais minucioso das características pessoais dos alunos.

É possível constatar também que, nos dois casos, os mapas trazem dados mais extensos do que aqueles solicitados na legislação. No que concerne ao professor Carlos José da Silva Telles, a lei de 1827 pedia apenas que fossem informados o número e o aproveitamento de alunos. O mestre, no entanto, além da contagem e da nomeação de seus alunos e da indicação de seu aproveitamento, preocupou-se em registrar a idade

Quadro 1: Categorias/data de elaboração dos mapas de frequência – Professor Carlos Jozé da Silva Telles, Freguesia de Santa Ifigênia, cidade de São Paulo

15/9/1832	08/9/1833	25/9/1834	03/11/1837	22/9/1838	02/10/1839	20/9/1840	18/10/1841	13/10/1842
		Número				Número	Número	Número
Nomes	Nomes e Freguesia	Nomes	Nomes	Nomes	Nomes	Nomes	Nomes	Nomes
Idades	Idades	Idades	Idades	Idades	Idades	Idades	Idades	Idades
Dia da matrícula	Anno, mez e dia da matrícula	Anno e dia da matrícula	Dia da matrícula	Tempo da matrícula	Tempo da matrícula	Dia da matrícula	Dia da matrícula	Entrada
O que sabião qdo. se matricularão	O que sabião qdo. se matricularão	O que sabião qdo. se matriculou	Exame de entrada	Exame com o dia da entrada	Exame da entrada	Exame de entrada	Exame de entrada	Exame de entrada
O que aprendem	O que estão aprendendo	O que aprende	Aproveitamento	Aproveitamento	Aproveitamento	Aproveitamento	Aproveitamento	Aproveitamento
Faltas em dias úteis	Frequencia	Frequencia	Observações	Observações	Observações	Observações	Observações	Observações
Comportamento			Faltas	Faltas	Faltas	Faltas	Faltas	Faltas

Fonte: Mapas elaborados pelo professor. Arquivos do Estado de São Paulo (AESP).

Quadro 2: Categorias/data de elaboração dos mapas de frequência –
Professor Francisco Valladares de Toledo, Freguesia de Nossa Senhora do Ó, cidade de São Paulo

27/12/1851	1/4/1852	1/7/1852	4/1/1855	2/4/1855	1/7/1862	1/10/1862
Número						
Nomes	Nomes	Nomes	Nomes dos alunos	Nomes dos alunos	Nomes dos alunos	Nomes dos alunos
Idades						
Naturalidades						
Filiações						
Condição						
Cores						
Faltas						
Época da matrícula	Matriculas	Matriculas				
Leitura						
Caligrafia						
Doutrina cristã						
Aritmética elementar						
Gramática nacional						
Procedimento						
Outras informações		Outras observações				

Fonte: Mapas elaborados pelo professor. AESP.

dos educandos, data da matrícula, exame de entrada, faltas e observações. Esse último campo, em geral, foi usado para avaliação do comportamento, “talento”, condição social e saúde dos alunos. Talvez sua inclusão se devesse à imposição de informar sobre o “progresso e morigeração” dos discípulos, constante da lei de 1772. Mas não apenas. Respondia a uma necessidade de governo da escola e dos sujeitos escolares por parte do professor.

O mesmo deu-se como o professor Francisco Valladares de Toledo. A organização dos mapas, explicitando as disciplinas do ensino elementar ministradas, bem como as categorias idade, naturalidade, cor e filiação ampliavam substancialmente a qualidade das informações requeridas pelo poder público mesmo se considerarmos as exigências contidas no decreto n. 1.331 A ____, de 17 de fevereiro de 1854, de relacionar nominalmente os alunos matriculados, declarando sua frequência e seu aproveitamento. É digno de nota também que os mapas elaborados pelo professor Francisco Valladares de Toledo entre 1851 e 1862 mantivessem os mesmos campos, a despeito da orientação constante da lei geral de 1854 de organizar as informações segundo modelos impressos, o que suscita indagar se tais modelos chegaram a circular em São Paulo.

Não se pode atribuir a categorização inventada por Toledo ao funcionamento da Escola Normal. Não consta que o professor tenha freqüentando seus bancos, apesar de ela ter sido instalada em 1846. Em contrapartida, nada indica que a organização de mapas fosse objeto de estudos na escola, ainda que o próprio Manoel José Chaves, professor da Normal de 1846 a 1867, fosse responsável pela elaboração de mapas de avaliação do desempenho de seus alunos (Dias, 2002, p. 229).

Se recuarmos no tempo, vamos perceber que já os mestres régios de primeiras letras traziam nos mapas, elaborados entre 1800 e 1821, informações sobre número de alunos, lugar de proveniência, faixa etária, condição social e ocupação profissional, aproveitamento, frequência e tempo de duração dos estudos, como afiança Maria Lucia Hilsdorf (1982, p. 2), superando o que era determinado pela lei portuguesa. De onde viam esses modelos de escrita? A tópica suscita indagar acerca dos modos como se foi produzindo a experiência individual e coletiva do magistério, construída e partilhada pelos professores, a partir do momento em que,

tornados funcionários públicos, foram instados a inventar os contornos do exercício docente como profissão.

É interessante perceber, por fim, a maneira como Toledo traduziu as disciplinas que compreendiam a instrução primária, de acordo com a lei de 1846, em seu mapa. O art. 1º determinava que fossem ensinadas as seguintes matérias: “leitura, escrita, teoria e prática da aritmética até proporções inclusive, as noções mais gerais de geometria prática, gramática da língua nacional, e princípios da moral cristã e da doutrina da religião do Estado”. Francisco Toledo substituiu escrita por caligrafia; teoria e prática da aritmética até proporções inclusive e as noções mais gerais de geometria prática por aritmética elementar; e princípios da moral cristã e da doutrina da religião do Estado por doutrina cristã. O procedimento indicia uma simplificação dos conteúdos ensinados.

Apesar das diferenças perceptíveis na escrita dos mapas por parte desses dois professores, elas explicitam cinco conjuntos de dispositivos. São eles:

- a) contabilidade, expresso na numeração crescente incluída na primeira coluna ou no artifício de informar o número de alunos freqüentes ao final do mapa (como realizado por Silva Telles para os anos de 1832, 1833, 1837, 1838 e 1839);
- b) identificação, manifesto no cuidado em especificar nome e idade, além de filiação, naturalidade, condição e cor;
- c) gestão, perceptível no registro de dia de matrícula ou entrada e faltas, evidenciando o início do trabalho docente com cada aluno e suas interrupções;
- d) avaliação pedagógica, incluída no campo aproveitamento ou no das diversas disciplinas; e
- e) avaliação social e comportamental, em geral emergente na forma de observações gerais, outras informações ou observações e procedimento.

As razões que levaram os professores a organizar seus mapas a partir desses dispositivos extrapolam a determinação legal e indiciam uma formalidade das práticas docentes no período. Responsáveis tanto

pela administração quanto pelo funcionamento da escola, os professores atribuíam aos mapas o lugar de um triplo registro: burocrático, disciplinar e pedagógico. Era na confluência dessas três ordens de fazeres que os docentes construía sua experiência profissional. Ao mesmo tempo, constituía o que era ou deveria ser a experiência discente, consignada em rubricas que iam da definição dos caracteres biológicos, sociais e jurídicos dos alunos ao estabelecimento de hierarquias de conteúdos e modos de aprendizagem.

Essas questões ficam mais claras quando observamos o preenchimento dos mapas pelos professores. Novas categorias aqui emergem dando conta do progressivo refinamento dos saberes docentes e da racionalização do universo escolar e, mesmo, da produção de mecanismos mais sutis de disciplinarização.

Se o professor Carlos Telles organizava as informações em seu mapa de forma mais simplificada que o professor Toledo, isso não indica que ele não efetivasse também um processo de individualização dos alunos, dos conteúdos disciplinares e das aprendizagens. No campo “nome”, o professor Telles, além de registrar o nome do aluno, introduzia informações sobre filiação, condição civil e procedência. Era assim que João Casemiro d’Almeida era descrito como filho do tenente João A. de Almeida, procedente de Santa Ifigênia; João Maria Prudêncio era qualificado como “exposto da Santa Casa, educado em casa do Major Prudente”, residente na Sé; Antonio Manoel de Camargo era filho de Maria de Camargo, Santa Ifigênia; ou João era adjetivado como “escravo do Cap. M Ignácio de Camargo França”, da Sé.

No que concerne às aprendizagens, toda uma escala de valores era construída em relação direta aos conteúdos escolares. Quanto à leitura, o aluno “conhece tal ou qual letra”, “conhece algumas letras somente”, “conhece muitas letras”, “quase nada lê”, “principia a ler nomes”, “está em nomes”, “lê silabas”, “lê silabas de 3 letras somente”, “lê silabas de 3 e 4 letras”, “lê bem sofrível”, “lê sofrível”, “lê muito mal” e “lê com um pouco de desembaraço”. Quanto à escrita “conhece algumas letras e faz algumas muito mal”, “conhece algumas letras”, “mal escreve o ABC”, “escreve na lousa muito mal”, “escreve muito mal”, “escreve sofrível”, “a letra não é má”, “a letra vai indo”, “a letra ainda não é boa”, “em letra

pouco progresso”, “letra pouco melhor”, “letra vai melhorando” e “letra vai melhorando muito”.

As várias fórmulas utilizadas para designar o estágio dos conhecimentos sinalizam para uma imprecisão na avaliação. A despeito disso, observando os mapas na sua seqüência é possível perceber, por exemplo, que João Maria Prudêncio, quando entrou para a escola, em 27 de janeiro de 1835, “mal escrevia o ABC, e principia a ler nomes”. Em 30 de setembro de 1840, na coluna aproveitamento lia-se “de análise Gramatical pouco, a letra não é má e faz companhia simples e as operações por quebrados”. Um ano depois, em 18 de outubro, “a letra já é boa, pouco percebe de análise Gramatical, faz as 4 operações por inteiro e companhia simples”. No período, os avanços mais notáveis de João haviam-se dado na escrita. Em gramática e aritmética mantivera o nível de aprendizagem. O mestre explica: suas ausências “são muitas e longas por moléstia e pobreza” (1840) ou “muitas e seguidas” (1841).

José Benedito, ao entrar para a escola em 3 de agosto (?), “conhecia tal ou qual letra”. Em setembro de 1840, “a letra ainda não é boa, está em multiplicar, lê sofrível”. No ano seguinte, “a letra tem melhorado, principia a Gramática, está em multiplicar”. Apesar dos progressos realizados, o aluno “não tem talento, e é muito pobre, e por isso não aprende Gramática”, mesmo assim tem “poucas” faltas (1840). A frequência muda no ano seguinte, quando José Benedito tem “muitas e seguidas” faltas. Explica o mestre: “pouco freqüente, porque serve a seus pais, que são pobres, é vadio”.

Se observados na sua seriação, os mapas permitem acompanhar o desempenho dos alunos por alguns anos, deixando perceber os sistemas de classificação elaborados pelo mestre. Nesse caso, é preciso ter em conta que a progressão na aprendizagem dos alunos não pode ser compreendida na linearidade de cada disciplina, mas remete à combinação dos saberes escolares. Quando se tomam todos os alunos é perceptível que as escalas são móveis e entrecruzam níveis diferentes nas diversas disciplinas.

Os mapas também trazem indícios das condições sociais e econômicas das famílias e das relações que a escola com elas estabelece. “Muito pobre”, “exposto”, “serve aos pais”, “serve à mãe”, “vem somente à tarde”, “tem família na roça”, “doentio”, “muito doentio”, “doente”

e “poucas vezes vem a escola porque está aprendendo música” foram fórmulas usadas pelo professor Carlos Telles, indicando as dificuldades pelas quais passavam os alunos e suas famílias. Mas os termos também sinalizam para o complexo tecido social do Oitocentos no qual a escolarização via-se submetida ao governo da casa e o tempo escolar ao tempo social.

Essas questões ficam mais claras quando acompanhamos as observações finais feitas pelo professor Carlos Telles no mapa de 1832 (infelizmente, esse foi o único mapa a conter tal campo). São extremamente ricas para compreensão de aspectos materiais do fazer da aula, da rede de sociabilidade que atravessa o cotidiano escolar e do lugar social ocupado pela escola de primeiras letras na primeira metade do século XIX na cidade de São Paulo.

A escola de Sta. Ifigênia não tem exemplares de escrita, e réguas, o que tem contribuído para que os meninos senão adiantassem neste ramo de instrução.

A escola tem presentemente falta de pedras, por terem-nas esmigalhado de proposito, e cortado as guarniçoens de madeira aquelles meninos filhos das pessoas de representação, qdo. os mando ajoelhar por faltas; estes mesmos meninos costumão maltratar a seus companheiros ao sahir da escola, e muitas vezes me faltão respeito e me insultão; tenho advertido a alguns pais das faltas de seus filhos, e o resultado tem sido tirarem os filhos da escola, ou virem praticar as mesmas faltas na escola imediatamte. a queixa (bem q. alguns tem corrigido a seus filhos) o q. me tem feito abandonar o uso de avisar aos paes das faltas de seus filhos. Ainda q. eu conhesso q. os castigos fazem maior mal q. bem, com tudo a falta absoluta da palmatória he causa do pouco proveito, q. os meninos tirão do methodo Lencasteriano, visto faltarem os prêmios distribuídos na forma do ensino adoptado, e faltarem as Sociedades creadas pa. melhoramto. do mesmo ensino (Carlos Telles) [Mapas de frequência..., 15 set. 1832].

Além de reclamar a falta de materiais e as dificuldades de aplicar o método mútuo, o mestre denuncia a interferência de pais e alunos pertencentes a famílias de “representação” no andamento dos trabalhos

escolares, indicando que as redes de sociabilidade e as hierarquias sociais extravasam o espaço da escola e se reproduzem nas relações estabelecidas em seu interior, seja no contato entre professor e aluno/pai, seja no dos alunos entre si. Isso fica particularmente evidente quando atentamos para os qualificativos utilizados pelo professor para caracterizar o comportamento dos alunos – “boa índole”, “vadio”, “bastante vadio”, “preguiçoso”, “foge algumas vezes”, “muito teimoso”, “mau gênio”, “muito mau gênio”, “gênio forte”, “comportamento sofrível” –, mas também quando observamos as queixas de falta de respeito e insulto. A questão adquire ainda outros contornos, se analisamos os pertencimentos sociais e o estatuto jurídico dos alunos.

Nesse mesmo ano de 1832, o professor registrou a frequência de 50 alunos; desses, três eram escravos: Ignácio de Jesus, escravo do tenente-coronel Miguel Angelo; Marianno Antonio, escravo de Ignácio Joze de Brito e Jacinto, escravo do padre Marianno Pinto Tavares; além de João Baptista da casa do tenente-coronel Miguel Ângelo, e Pedro Thomas, indígena dos “sertoens do Sul”, de casa do tenente Joze M. Bonilha. Dentre os demais alunos, encontravam quatro filhos de sargentos-mor, dois de tenentes, um de tenente-coronel e um de cirurgião-mor. Um estudo mais detalhado dos sobrenomes dos pais e dos próprios alunos nos levaria a perceber com maior minúcia a reunião de diferentes procedências sociais na escola do professor Carlos Telles. Entretanto, os dados coligidos junto ao mapa já denunciam uma promiscuidade social tolerada, mas não sem recurso à violência, na primeira metade do Oitocentos, no seio de uma sociedade escravocrata.

Não deixa de ser curioso, ainda, acompanhar as avaliações feitas pelo mestre sobre o “caráter” dos alunos: “estudioso”, “tem talento”, “talentoso” e “aplicado”. Maria Cristina Gouvea (2004) detectou caracterização similar nos mapas elaborados por professores mineiros na primeira metade do século XIX. Recorrendo a um dicionário de época, a autora alerta que ter talento significava ter “habilidade, boa disposição natural para as ciências, artes” (2004, p. 283), o que suscita compreender a aprendizagem no âmbito de uma inclinação individual ou uma habilidade inata do aluno.

Quando nos debruçamos sobre os mapas elaborados pelo professor Francisco Toledo a partir de 1851, outras questões se destacam, demonstrando o progressivo refinamento das categorias e sua hierarquização. Inicialmente, é possível perceber maior objetividade na expressão do aproveitamento dos alunos. Em cada saber escolar o grau de adiantamento do aluno é definido em relação aos conteúdos. Assim, o aluno em leitura pode estar classificado em “impresso”, “manuscrito” ou “silaba”. Quanto à caligrafia, indica apenas o tipo de letra com que o aluno escreve: “bastardo” ou “cursivo”. Apesar de sucinta, a classificação remete explicitamente ao conteúdo tratado. Procedimento diferente foi encontrado por Ana Paula Xavier (2007) nos mapas elaborados por professores de Mato Grosso no mesmo período. Neles, as indicações resumiam-se a “prontos”, “meio prontos” ou “não prontos”, expressando uma relação direta com a avaliação e o exame.

Na coluna “procedimento”, Francisco Toledo alternou as medidas “bom” e “regular”. O professor só foi um pouco menos objetivo em suas observações. Lá consignou termos como “inteligente”, “bastante hábil”, “hábil”, “tem bastante aplicação”, “tem alguma aplicação”, “aplicado”, “pouco aplicado”, “tem pouca aplicação”, “negligente”, “bastante negligente” e “rude”. A introdução do termo inteligência encontra paralelo nos mapas mineiros. Gouvea (2004, p. 283) esclarece que a partir de 1860 a categoria passou a ser utilizada pelos professores em Minas Gerais. Se inteligência significava então “essência espiritual – os anjos são pura faculdade inteligência, faculdade de entender, conhecimento, juízo, discernimento”, o que ainda remetia a uma habilidade inata do aluno, já se podia identificar em seu uso “um deslocamento na construção de critérios para aferir o desempenho dos alunos, em que se foi constituindo em uma terminologia propriamente escolar”, afirmada no século XX como “fator explicativo dos desempenhos individuais” (Gouvea, 2004, p. 284).

Por fim, é preciso ressaltar as informações sobre a condição jurídica dos alunos. A informação da matrícula de escravos (e indígenas) pelo professor Carlos José da Silva Telles em sua escola, e a coluna “condição”, reiteradamente preenchida com o substantivo “livre” pelo

professor Francisco Toledo em seus mapas, bem como a classificação dos alunos em “branco” e “pardo”, fazem-nos considerar a frequência de escravos às escolas públicas na província de São Paulo ainda na década de 1850. A inferência é corroborada pela dúvida sobre a matrícula de escravos ou “de indivíduos sobre cuja liberdade não havia certeza”, manifesta por José Antonio Saraiva, presidente de província, em seu relatório à abertura da Assembléia Legislativa, de 15 de fevereiro de 1855, e a necessidade que ele sentiu de ordenar “que não fossem recebidos nos estabelecimentos de instrução pública, senão os meninos, que os Professores reconhecessem como livres, ou que provassem essa qualidade” (Documento com que o ilustríssimo e excelentíssimo senhor dr. José Antonio Saraiva instruiu o relatório de abertura da Assembléia Legislativa Provincial, no dia 15 de fevereiro de 1855, p. 48 – Relatórios de presidente de província, s.d.). Os dados contrastam com as investigações realizadas por Cynthia Veiga (2005) para a província de Minas Gerais, que identificou a presença de escravos nos mapas de frequência somente nas décadas de 1820 e 1830.

Se o professor Toledo distribui as informações sobre o funcionamento da escola, o andamento da aprendizagem e o comportamento dos alunos em um número maior de campos em seus mapas, as informações fornecidas são mais restritas. Os dois procedimentos demonstram crescentes especialização das funções docentes e racionalização da escrituração escolar. Ainda se pode acompanhar a trajetória dos alunos pela seriação dos mapas, mas os fazeres ordinários da escola tornam-se cada vez mais invisíveis nesse tipo de documento.

Comentários finais

Cabe destacar que os mapas de frequência são uma escrituração pública, feita para o poder público, com o objetivo de comprovação de efetivo trabalho do mestre. Como eram manuscritos, uma vez encaminhados à administração provincial, deixavam de ser instrumento de controle do mestre. Nesse sentido, deveriam representar uma cópia de outros regis-

tros de que dispunham os professores. Somente em 1854 um dispositivo legal obrigava que os docentes mantivessem um “livro de matrículas”. Mas, mesmo anteriormente a essa data, é possível supor que os mestres multiplicassem os instrumentos de gestão e memória, em uma escrita mais pessoal, na qual os sujeitos escolares eram identificados, avaliados e classificados. Que outras informações poderiam estar ali contidas, que não deveriam ser do interesse público, mas que respondiam a categorias criadas pelos mestres para administração das escolas e regulação dos alunos? Os mapas revelam parte desses mecanismos, mas escondem outros talvez mais capilares ou menos explicitáveis.

Como peças documentais, os mapas descortinam os possíveis da escrita ou os esperados pelo poder público das anotações dos mestres. Portanto, remetem aos valores sociais e aos costumes da época, como aos limites da linguagem. O que pode ou deve ser dito conflui não necessariamente sem tensão com o se deseja dizer ou calar. E, por isso mesmo, esses documentos abrem-se a uma história cultural da escola oitocentista.

Apesar de os modos de organizar as informações e preencher os mapas variarem de professor a professor, as categorias criadas sinalizam para a produção, ao longo da primeira metade do Oitocentos, de uma racionalidade administrativa da escola, uma racionalidade pedagógica do ensino e uma racionalidade identitária do sujeito aluno por parte dos professores, e indiciam as formas como os docentes inventaram a experiência individual e coletiva do magistério. O procedimento torna-se ainda mais instigante se associamos este estudo a outros que vêm sendo realizados por Veiga (2005) e Gouvea (2004), para Minas Gerais, e Xavier (2007) para Mato Grosso, nos quais é possível identificar traços comuns a essa escrituração, a despeito das diferenças de legislação.

Mas é preciso enfatizar que se a análise dos mapas de frequência permite desenhar aspectos da experiência coletiva de ser professor na primeira metade do século XIX, ela, também, oferece-nos pistas sobre a experiência individual e coletiva de ser aluno – as burlas realizadas; as sociabilidades; as dificuldades de aprendizagem, entre outros –, e das intrincadas relações entre escola e sociedade no período.

Referências bibliográficas

MAPAS DE FREQUÊNCIA de alunos em escolas de primeiras letras das Freguesias de Santa Ifigênia e Nossa Senhora do Ó, cidade de São Paulo, elaborados pelos professores Carlos Jozé Silva Telles e Francisco Valladares de Toledo, entre 1832 e 1862. Arquivo do Estado de São Paulo, latas CO 4913, CO 4914 e CO 4930.

LEI DE 6 DE NOVEMBRO DE 1772. Excertos disponíveis em: <www.unicamp.br/iel/memoria/>. Acesso em: 27 out. 2006.

LEI N. 34 DE 16 DE MARÇO DE 1846. *Coleção das leis da Província de São Paulo*.

RELATÓRIOS DE PRESIDENTE DE PROVÍNCIA. s.d. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/provopen.htm>>. Acesso em: 4 maio 2007.

BARBANTI (HILSDORF), M. L. S. *Escolas americanas de confissão protestante na Província de São Paulo: um estudo de suas origens*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.

BESSON, J.-L. *A ilusão das estatísticas*. São Paulo: EDUNESP, 1995.

CARDOSO, T. M. F. L. As aulas régias no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena C. *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Vol I. Século XVI-XVII. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 179-191.

CARVALHO, M. Estatísticas de desempenho escolar: o lado avesso. *Educação & Sociedade*, n. 77, p. 231-252, dez. 2001.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

DIAS, M. H. *Professores da Escola Normal de São Paulo (1846-1890): a história não escrita*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

FARIA FILHO, L. M.; NEVES, L. S; CALDEIRA, S. M. A estatística educacional e a instrução pública no Brasil: aproximações. In: CANDEIAS, A. *Modernidade, educação e estatístico na ibero-américa dos séculos XIX e XX*. Lisboa: Educa, 2005. p. 219-238.

FOUCAULT, M. A governabilidade. In: _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p. 277-293.

GOUVEA, M. C. Tempos de aprender: a produção histórica da idade escolar. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 8, p. 265-288, jul./dez. 2004.

HILSDORF, M. L. A prática pombalina no Brasil: alunos de estudos menores na Capitania de São Paulo, nos inícios do século XIX. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL “A PRÁTICA POMBALINA NO BRASIL”. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 4 set. 1982 [mimeo.].

MARTIN, O. Da estatística política à sociologia estatística. Desenvolvimento e transformação da análise estatística da sociedade (século XVII-XIX). *Revista Brasileira de História*, v. 21, n. 41, 2001.

MOACYR, p. *A instrução e as províncias*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1939.

NÓVOA, A. Notas sobre la influencia de la revolución francesa en la educación en Portugal. In: SAUTER, G. O.; BENITEZ, M. p. (orgs.). *La revolución francesa y su influencia en la educación en España*. Madrid: Univ. Nacional de Ed. a Distancia, 1990. p. 183-205.

POPKIEWITZ, T.; LINDBLAD, S. Estatísticas educacionais como sistema de razão: relações entre governo da educação e inclusão e exclusão sociais. *Educação & Sociedade*, v. 22, n. 75, ago. 2001.

TAMBARA, E.; ARRIADA, E. *Coletânea de leis*. Sobre o ensino primário e secundário no período imperial brasileiro. Pelotas: Seiva, 2005.

VEIGA, C. G. A produção da infância nas operações escriturísticas da administração da instrução elementar no século XIX. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 9, p. 73-108, jan./jun. 2005.

XAVIER, A. p. da S. *A leitura e a escrita na cultura escolar de Mato Grosso (1837-1889)*. Cuiabá: Entrelinha/EDUFMT, 2007.

Endereço para correspondência:

Diana Gonçalves Vidal

Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo (USP)

Av. da Universidade, 308 – sala 219 – bloco A

São Paulo-SP

CEP 05508-900

E-mail: dvidal@usp.br

Recebido em: 4 maio 2007

Aprovado em: 1 ago. 2007